

OPORTUNIDADES E RISCOS NO USO DA INTERNET POR CRIANÇAS E JOVENS:

Algumas conclusões do projecto EU Kids online¹

JOSÉ ALBERTO SIMÕES

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
EU KIDS ONLINE

Resumo

O presente artigo pretende dar conta de uma parte dos resultados finais do projecto EU Kids online, realizado entre 2006 e 2009, e que envolveu 21 países europeus. Numa primeira parte, expondo o modelo teórico que serviu de base à recolha realizada, numa segunda parte, analisando alguns dados provenientes do estudo comparado. Para esse efeito, serão apresentados, por um lado, os resultados gerais sobre acessos e usos da internet por crianças e jovens, por outro lado, e de forma mais específica, os dados relativos às “oportunidades” e aos “riscos” associados às actividades online, apresentando-se uma proposta de classificação dos riscos online por país.

Palavras-chave

internet; EU Kids online; Crianças e Jovens; Riscos e Oportunidades

Introdução

A história dos *media*, como outras, tende a repetir-se. O surgimento de um meio de comunicação é quase sempre acompanhado tanto por discursos otimistas, que proclamam as vantagens infundáveis da sua adopção nas mais diversas esferas de actividade, como por discursos pessimistas, que defendem justamente o oposto, traçando um cenário forçosamente calamitoso para esse mesmo acolhimento; apondo unicamente aspectos nocivos onde outros apenas vêem vantagens (Robins e Webster, 1999; Simões, 2008). Podemos encontrar uma formulação específica deste problema mais geral nas discussões sobre os *media* digitais, sobretudo quando está em causa a sua utilização por audiências potencialmente vulneráveis, como seria o

1. Uma versão preliminar de parte do presente artigo foi apresentada no grupo de trabalho “Sociedade y Cultura en la Era Digital”, do V Seminario Internacional, Imágenes de la Cultura / Cultura de las Imágenes, que se realizou na Facultad de Comunicación da Universidad de Sevilla, entre os 26 e 28 de Março de 2009.

caso das crianças e dos jovens (Buckingham, 2000, 2007). Entre os discursos hiperbólicos de uns e os de outros, resta-nos a pesquisa empírica, cujas prioridades, todavia, tendem a ser moldadas pela forma como os problemas emergem no discurso público (Buckingham, 2000; Lobe, Simões e Zaman, 2009).

O presente artigo tem por base o trabalho desenvolvido no projecto *EU Kids online*², cujo propósito foi (entre outros³) analisar e comparar dados produzidos por estudos realizados sobre crianças e jovens e os seus usos da internet (e de outros *media* digitais), em 21 países europeus⁴. A importância de realizar um estudo comparado revela-se crucial por vários motivos. O principal, em nosso entender, consiste em evitar os equívocos associados ao que seria uma interpretação dos resultados obtidos para cada país ignorando a sua posição num contexto mais alargado. Com efeito, “sem uma perspectiva comparada, os estudos nacionais correm o risco de cair em duas falácias – assumir que o próprio país é único, quando não é, e assumir que o próprio país é igual aos restantes, quando não é” (Hasebrink *et al.*, 2008: 5).

A apresentação que aqui faremos será parcial e circunscrita às principais conclusões resultantes da pesquisa efectuada. Antes disso, contudo, iremos discutir brevemente o modelo que serviu de enquadramento à investigação realizada, dado que nos permite compreender o estatuto dos dados recolhidos e o alcance das conclusões apresentadas.

Definindo o campo de investigação

As crianças e os jovens utilizam a internet num contexto amplo (doméstico, familiar, social, cultural, político, económico, etc.) e de forma diversificada. Por esta razão, devemos começar por admitir que são vários os factores que podem influenciar potencialmente o seu uso da internet, em geral, e os riscos com os quais se podem deparar, em particular. De modo a estabelecer alguma ordem analítica nesta multiplici-

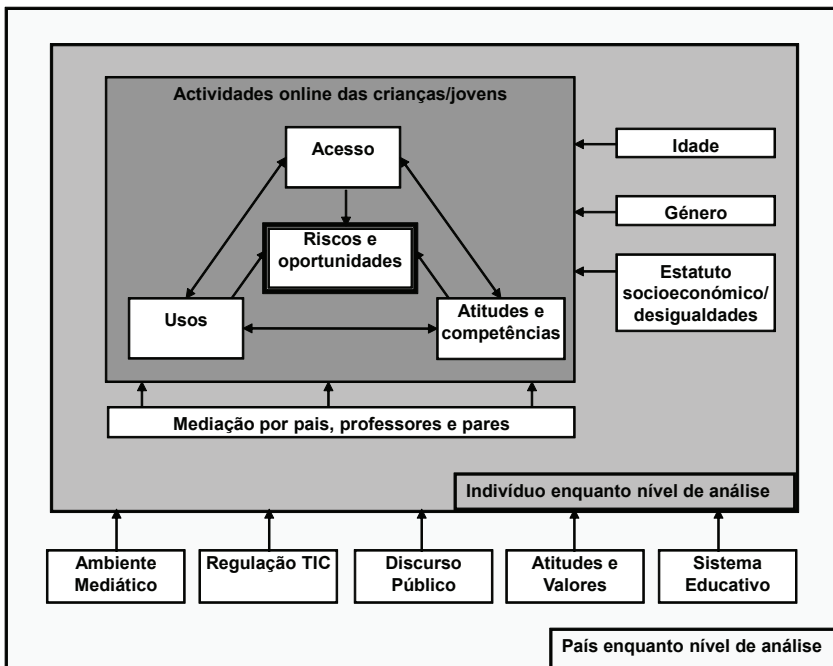
2. *EU Kids online – European Research on Cultural, Contextual and Risk Issues in Children’s Safe Use of the internet and New Media* (20062009), projecto coordenado por Sonia Livingstone, London School of Economics and Political Science (contract number: SIP2005MD038229).

3. Fazem igualmente parte dos objectivos do projecto em curso contribuir para a reflexão metodológica em torno da pesquisa que envolve actividades online, bem como produzir recomendações com vista a fundamentar políticas públicas no sector. Ver, para o primeiro caso, Lobe, Livingstone e Haddon (2007) e Lobe, Livingstone, Ólafsson e Simões (2008) e, para o segundo caso, Haan e Livingstone (2009).

4. Ver <http://www.eukidsonline.net>.

dade de factores, organizou-se a investigação atribuindo um estatuto diferenciado a cada um dos elementos que inteiram o modelo proposto (cf. Figura 1).

FIGURA 1 - PERSPECTIVA GERAL DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO



Fonte: Hasebrink *et al.* (2009).

A Figura 1 pode ser explicada do seu interior (a cinzento escuro) para o exterior. O núcleo central corresponde àquilo que pretendemos conhecer, as actividades online das crianças e dos jovens. O online define-se aqui sobretudo (mas não só⁵) através das actividades associadas à internet. As definições de criança e de jovem, enquanto construções social e historicamente variáveis, exigiriam uma discussão suplementar, muito para além do âmbito do presente texto (cf. Buckingham, 2000, 2006; Pais, 1993).

5. Inclui também telemóveis e consolas de jogos.

Em todo o caso, e por razões pragmáticas, considerou-se os 17 anos de idade como limite superior de um intervalo necessariamente arbitrário. Define um momento que antecede a transição para a maioridade e, como tal, identifica um possível critério de demarcação da população em questão.

O projecto de investigação realizado foi motivado por uma preocupação específica: o exame dos riscos e das oportunidades associadas aos usos do online. O núcleo central do esquema é por isso formado por *riscos* e *oportunidades* enquanto resultado da confluência do *acesso*, dos *usos* e das *atitudes e competências* dos utilizadores. Não existe uma definição consensual, clara e objectiva, de riscos e oportunidades, nem a sua observação tem sido idêntica nos vários estudos realizados. Podemos, no entanto, dizer, de forma simplificada, que “riscos” e “oportunidades” são, respectivamente, experiências *negativas* e *positivas* que podem ocorrer sempre que se utilizam determinados conteúdos online (Hasebrink *et al.*, 2008). Deste modo, a questão poderá ser colocada nos seguintes termos: *que processos conduzem a diferentes “riscos” (ou “oportunidades”)?* Esta questão pressupõe que riscos (e oportunidades) não existem por si próprios mas enquanto transacção entre determinadas *motivações comunicativas* e o *papel desempenhado* pela criança/jovem quando utiliza a internet (ver, mais à frente, Quadro 1)

Na parte exterior do primeiro nível de análise considerado no esquema (a cinzento mais claro), encontram-se, por um lado, as variáveis explicativas clássicas (género, idade e estatuto sócio-económico dos pais)⁶, por outro lado, variáveis que desempenham um estatuto intermédio na explicação do fenómeno em questão, designadamente as que decorrem da mediação dos outros (pais, pares, professores). Se as primeiras correspondem a explicações prováveis para os usos da internet e dos *media* digitais em geral, as segundas parecem-nos igualmente indispensáveis, na medida em que a utilização dos *media* em geral e da internet em particular, ainda que individual, é igualmente colectiva, grupal. A mediação dos outros é assim uma dimensão incontornável dos usos da internet, tanto mais que esta pode assumir uma configuração mais ou menos explícita e acentuada, revelando diferentes práticas, padrões e regras, associadas a contextos de utilização e grupos de utilizadores distintos.

6. Vários estudos têm revelado a importância destas variáveis para compreender diferenças significativas entre as diversas populações estudadas (cf., por exemplo, Livingstone e Lemish, 2001; Livingstone, 2002), cuja comparação internacional, de resto, é possível na maior parte dos casos (cf., por exemplo, Livingstone, d’Haenens e Hasebrink, 2001).

Finalmente, num segundo nível (“país enquanto nível de análise”⁷) podemos considerar um conjunto de factores *contextuais* variados. Como se poderá constatar, estes factores contextuais são bastante heterogéneos (indo do ambiente mediático ao sistema educativo) para que as suas consequências possam ser avaliadas de forma completa. Pretende-se, em vez disso, considerá-los como elementos adicionais na compreensão de cada país considerado, de modo a permitirem tecer um quadro explicativo mais amplo para as tendências observadas no nível anterior⁸.

Oportunidades e riscos nos usos da internet por crianças e jovens:
algumas tendências gerais

Analisar os usos da internet é, a vários níveis, estudar um alvo em movimento. Não só porque a complexidade de tais práticas é apenas parcialmente fixada pelas nossas grelhas de mensuração, mas também porque o território específico que nos propomos explorar se encontra em constante mutação.

A primeira questão que nos ocorre quando pensamos nos *media* digitais diz respeito ao acesso, sem o qual, de resto, as considerações acerca das oportunidades e dos riscos não fariam sentido. Começemos, por isso, por apreciar esta questão.

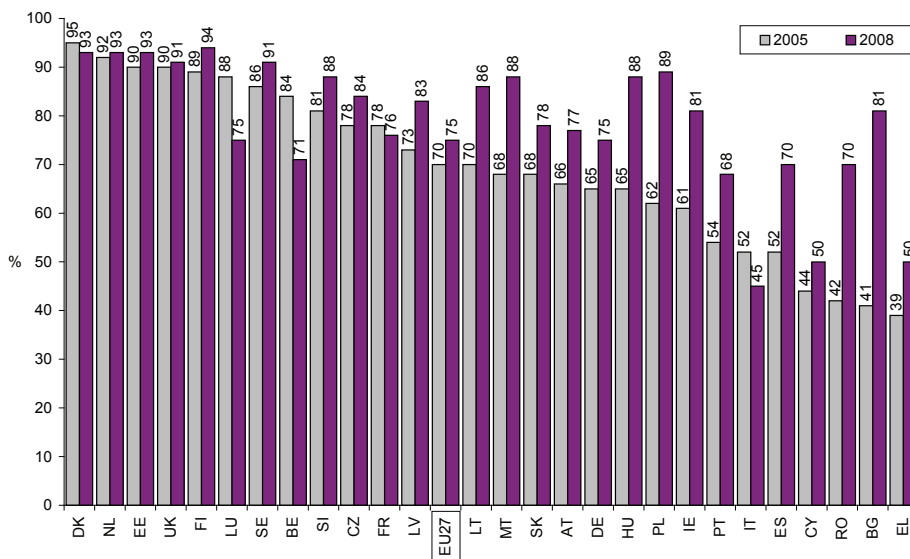
De acordo com o Eurobarómetro de 2008, em média (EU 27), cerca de 75% das crianças e dos jovens europeus entre os 6 e os 17 anos utilizam a internet, valor superior ao que foi apurado em 2005 (70%). Em 2008, Portugal situa-se abaixo da média da UE, com 68% (54% em 2005), a uma distância assinalável dos países cujo acesso é o mais baixo, como a Itália (45%), a Grécia ou o Chipre (ambos com 50%). Na verdade, sabe-se que grande parte do aumento se deve ao acesso cada vez mais cedo às tecnologias digitais. É entre os mais novos que se verificou o aumento mais significativo dos últimos anos. Este dado pode ser comprovado se observarmos que a idade em que o acesso atinge o seu ponto mais elevado decresceu (12-13 anos, em 2005, para

7. Na perspectiva de uma análise comparada entre países, como a que nos propusemos levar a cabo neste projecto, o anterior modelo pode ser pensado (e utilizado) de diversas formas. Com efeito, podemos considerar o país sob, pelo menos, três perspectivas de análise (Kohn, 1989; Livingstone, 2003): em primeiro lugar, como “objecto de estudo”; em segundo lugar, como “contexto” para contemplar hipóteses gerais; por último, como “unidade de análise”. Cf., para um desenvolvimento, Lobe, Livingstone e Haddon (2007) e Lobe, Livingstone, Ólafsson e Simões (2008).

8. A discussão pormenorizada destes factores pode ser encontrada em Hasebrink *et al.* (2009).

10-11 anos, em 2008)⁹. Por outro lado, as diferenças entre rapazes e raparigas (em 2005, os rapazes eram mais precoces e apresentavam valores de acesso mais elevados) têm vindo a atenuar-se, a ponto de serem quase imperceptíveis.

GRÁFICO 1 – UTILIZAÇÃO DA INTERNET POR CRIANÇAS E JOVENS DA UE (2005 E 2008)



Fonte: Adaptado de Eurobarómetro (2005, 2008). Base: 617 anos.

Devemos igualmente assinalar a importância que as variáveis sócioeconómicas¹⁰ possuem na explicação do acesso à internet. O indicador mais eloquente no que se refere às desigualdades no acesso corresponde ao nível de escolaridade dos pais. Com efeito, crianças cujos pais possuem um nível de instrução mais elevado parecem ter maior probabilidade de usar a internet (76% contra 61%). No caso português, as diferenças educacionais são particularmente elucidativas da discrepância existente entre gerações (Hasebrink *et al.*, 2008)¹¹.

9. A este respeito, dois estudos portugueses, realizados pelo CIESISCTE, em 2006, e pelo CIESISCTE/Obercom, em 2008, revelam a tendência para uma diminuição das idades à medida que a taxa de penetração da internet aumenta (cf. Cardoso *et al.* 2007 e Cardoso *et al.*, 2009).

10. Embora não disponhamos de dados comparáveis a nível europeu, estudos parcelares de vários dos países que integram o projecto confirmam a correlação entre o acesso (e a frequência do uso) e o estatuto sócioeconómico das famílias (cf. Hasebrink *et al.*, 2009).

11. Esta conclusão é confirmada por estudos recentemente realizados no país. Ver Almeida *et al.* (2008).

Nas diferenças geracionais, de acordo com os dados de 2008, e na maioria dos países, existem mais utilizadores da internet entre os pais do que entre os filhos (EU 27): 84% dos pais contra 75% dos filhos. Estes dados contrastam claramente com os de 2005 onde podíamos observar precisamente o contrário: 66% dos pais utilizavam a internet contra 70% dos filhos¹². No caso português, as diferenças não só apontam no mesmo sentido como o contraste geracional parece ser mais acentuado: em 2005, apenas 37% dos pais portugueses utilizavam a internet, ao passo que em 2008 esse valor praticamente duplica (65%); no caso dos filhos, como vimos atrás, o aumento não foi tão acentuado. Portanto, parece que as diferenças geracionais estão a atenuar-se, revelando, em certo sentido, que os “nativos digitais” estão a ser “apanhados” (e, em alguns casos, suplantados) pelos “imigrantes digitais” (Prensky, 2001). Em todo o caso, também como pudemos comprovar, a intensidade e a heterogeneidade dos usos é francamente mais ampla no caso dos filhos, que desta forma parecem continuar a liderar a apetência pela utilização tecnológica.

Apesar de os dados gerais revelarem a tendência para uma diminuição na idade de acesso à internet, as diferenças entre países continuam a ser relevantes. É o caso dos países do norte da Europa (Dinamarca, Estónia, Holanda, Suécia e Reino Unido), onde $\frac{3}{4}$ das crianças entre os 6 e os 7 anos já utilizam a internet, por contraste com os países do sul da Europa (Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Chipre), onde menos de $\frac{1}{3}$ das crianças da mesma idade tem acesso à internet. Este é, no entanto, um cenário que tende a modificar-se rapidamente; pelo que se prevê que a curto prazo muitas destas diferenças possam desaparecer ou pelo menos tornarem-se pouco expressivas.

Falar de acesso à internet só tem sentido se soubermos quais são os seus usos. Como os usos não são neutros ou isentos de consequências, mesmo que estas sejam imprevisíveis ou indesejadas, é fundamental considerarmos os *riscos* e as *oportunidades* que, como sublinhámos, são noções sobre as quais existe pouco (ou quase nenhum) consenso por parte de académicos, decisores políticos, educadores, entre várias outras pessoas que se têm debruçado sobre esta questão. Em todo o caso, apesar das dificuldades analíticas de definição do que são riscos e oportunidades, e não obstante a eventual sobreposição temática, propõe-se uma classificação que funciona simultaneamente como tentativa de conceptualização e recurso heurístico para a pesquisa empírica na área (cf. Quadro 1).

12. Estas diferenças geracionais reflectem-se na própria mediação parental e na percepção dos “riscos” (e das “oportunidades”) por parte dos pais. Por uma questão de espaço, não tratamos este aspecto neste texto. Ver, para uma apreciação da mediação parental no acesso e nos usos da internet, Hasebrink *et al.* (2009).

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DE “RISCOS” E “OPORTUNIDADES” DE ACORDO COM DIFERENTES ÁREAS TEMÁTICAS E PAPÉIS COMUNICACIONAIS

	ÁREAS TEMÁTICAS	CONTEÚDO (CRIANÇA COMO RECEPTOR)	CONTACTO (CRIANÇA COMO PARTICIPANTE)	CONDUTA (CRIANÇA COMO ACTOR)
OPORTUNIDADES	Aprendizagem educativa e literacia digital	Recursos educativos	Contacto com outras pessoas que partilham os mesmos interesses	Auto-aprendizagem ou aprendizagem colaborativa
	Participação e empenhamento cívico	Informação global	Troca entre grupos de interesses	Formas concretas de empenhamento cívico
	Criatividade e autoexpressão	Diversidade de recursos	Ser convidado ou inspirado a criar ou participar	Criação de conteúdo gerado pelo utilizador
	Identidade e ligações sociais	Conselhos (pessoais/saúde/sexuais, etc.)	Redes sociais, partilha de experiências com os outros	Expressão da identidade
RISCOS	Comerciais	Publicidade, spam, patrocínio	Localização, recolha de informação pessoal	Jogar, downloads ilegais, <i>hacking</i>
	Agressivos	Conteúdo violento/assustador/desprezível	Ser importunado, assediado ou perseguido	Importunar ou perseguir os outros
	Sexuais	Conteúdo pornográfico/prejudicial/sexual	Encontrar-se com estranhos, ser aliciado	Criar ou fazer upload de material pornográfico
	Valores	Conselhos/informações racistas, distorcidas (e.g. sobre drogas)	Lesões auto-infligidas, persuasão não desejada	Fornecer conselhos e.g. suicídio ou proanorexia

Fonte: adaptado de Hasebrink *et al.* (2009).

Na primeira coluna, propõe-se uma classificação de *riscos* e de *oportunidades* de acordo com quatro *áreas temáticas*, que tanto podem ser encaradas como uma forma de classificar diferentes usos da internet, como podem ser entendidas enquanto forma de classificar a investigação realizada (cf. Stald e Haddon, 2008). O eixo horizontal, formado pela primeira linha, define três modos de comunicação online: “um para vários” (i.e. a criança como receptor de *conteúdo* distribuído em massa); “entre adulto e criança” (i.e. criança como *participante* numa situação interactiva predominantemente conduzida pelos adultos); e “entre pares” (i.e. criança como *actor* numa interacção na qual ele/a pode ter a iniciativa).

Apesar de não dispormos actualmente de uma base de dados única a nível europeu (i.e., com resultados directamente comparáveis entre países) que nos permita responder de forma inequívoca aos problemas levantados, iremos aqui apresentar algumas conclusões gerais que reflectem as principais tendências identificadas na base empírica fornecida pelos vários estudos analisados.

Consideremos, em primeiro lugar, as oportunidades. O “entretenimento, os jogos e a diversão”, as “redes sociais e a troca de experiências” são vistas como as prin-

cipais oportunidades online; tal como a “obtenção de informação” e a “utilização da internet enquanto recurso educativo” (Hasebrink *et al.*, 2009: 2223). Outras utilizações, como a “criação de conteúdos” e a “participação cívica”, revelam-se menos comuns (*ibid.*). Este conjunto de actividades indica-nos, acima de tudo, determinadas prioridades nos usos da internet por crianças e jovens. Tal como sugerem Livingstone e Helsper (2007), parece existir uma espécie de “escada de oportunidades” que vai sendo subida da procura básica de informação à geração de conteúdos interactivos, passando pelos jogos, a utilização de email, o *instant messaging* e o *download* de música. Esta “escada” encontra-se em grande medida correlacionada com a idade. Na verdade, os usos diversificam-se porque os interesses e as competências¹³ também se alargam com a própria idade.

Quanto aos riscos, a análise das investigações recolhidas permitiu-nos delinear uma hierarquia de acordo com a relevância dos mesmos (Quadro 2). “Fornecer informação pessoal” é, de longe, o risco mais frequente em todos os estudos analisados, estimando-se que metade das crianças/jovens já o tenha feito (Hasebrink *et al.*, 2009: 25). O segundo tipo de risco mais comum é “ver pornografia”: 4 em 10 países europeus referem-no¹⁴. Ver conteúdo “violento/desprezível ou assustador” é o terceiro risco mais frequente: cerca de 1/3 dos adolescentes parece já se ter confrontado com este tipo de conteúdos. “Ser importunado, assediado ou perseguido” é referido por cerca de 1 em cada 5 ou 6 crianças/ jovens que estão online. “Receber comentários sexuais indesejados” constitui o quinto tipo de risco na ordem de relevância, com alguma variação entre países¹⁵. “Enviar mensagens de assédio ou agressivas” – o que pressupõe um papel de “actor” por parte da criança (ver Quadro 1) – representa cerca de 12% dos casos. Finalmente, “encontrar-se offline com pessoas que se conheceram online” é o tipo de risco que apresenta um peso menor, com cerca de 1 em 11 adolescentes/crianças a mencioná-lo¹⁶.

13. O aumento das competências, como sugerimos a propósito da Figura 1, poderá aumentar a autoprotecção aos “riscos”, todavia os dados disponíveis não são conclusivos a este respeito. Na verdade, não só a investigação é rara como a conceptualização e medição das competências tem sido pouco elaborada, sem explicitar se se referem a competências para desempenhar tarefas, competências técnicas, literacia digital ou competências que permitam a autoprotecção.

14. Com uma oscilação, contudo, entre os 25% e os 80%. Cf. Hasebrink *et al.* (2009).

15. 1 em 10 adolescentes referem-no em países como a Alemanha, a Irlanda e Portugal, mas é mencionado por cerca de 1 em 3 ou 4 dos adolescentes na Islândia, Noruega, Reino Unido e Suécia, chegando mesmo a 1 em cada dois na Polónia. Cf. Hasebrink *et al.* (2009: 25).

16. Cerca de 1 em 5 no caso da Polónia, Suécia e República Checa. Cf. Hasebrink *et al.* (2009: 25).

QUADRO 2 – RISCOS ONLINE DE CRIANÇAS/JOVENS

RISCOS online	%*
Fornecer informação pessoal online	50
Ver conteúdos pornográficos	40
Ver conteúdos violentos ou desprezíveis	32
Receber comentários indesejados com carácter sexual	25
Ser importunado, assediado ou perseguido	18
Enviar mensagens de assédio ou agressivas	12
Encontrar-se offline com alguém que se conheceu online	9

Fonte: adaptado de Hasebrink *et al.* (2009)/ EU Kids online (20062009).

* Valor estimado com base nos estudos analisados em cada país.

Também a respeito dos riscos é possível detectar algumas tendências gerais. A idade apresenta-se como um factor explicativo importante, tendo-se constatado que os adolescentes se deparam com mais riscos do que as crianças, em parte, como referimos, porque o leque das suas utilizações é também maior. As diferenças de género revelaram-se igualmente significativas no que respeita à exposição aos riscos: os rapazes parecem procurar mais conteúdos violentos, aceder mais frequentemente a pornografia, encontrar-se com alguém offline que conheceram online e fornecer informação pessoal; as raparigas, por seu lado, parecem ficar mais incomodadas com conteúdo violento e pornografia, falam mais frequentemente online com estranhos, recebem comentários sexuais indesejados e é-lhes solicitada igualmente mais informação de carácter pessoal (cf. Hasebrink *et al.*, 2009: 2728). Finalmente, detectou-se alguma variação nos riscos de acordo com o estatuto sócioeconómico e, mais especificamente, de acordo com o nível de escolaridade dos pais: crianças provenientes de famílias com nível de instrução mais baixo parecem encontrar maiores riscos online (Hasebrink *et al.*, 2009).

Com base na recolha efectuada, foi possível proceder a uma classificação dos países de acordo com a respectiva percepção dos riscos (Quadro 3). Note-se que a mesma deve ser entendida de forma hipotética, dado que a base empírica analisada comporta uma grande heterogeneidade de estudos (cf. Staksrud *et al.* 2007). Fica, em todo o caso, a classificação proposta, onde se pode ver o cruzamento do nível de utilização com a percepção do risco em cada país.

QUADRO 3 – CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS PAÍSES DE ACORDO COM A UTILIZAÇÃO DA INTERNET POR CRIANÇAS E JOVENS E A PERCEÇÃO DOS RISCOS ONLINE

USO DA internet POR CRIANÇAS E JOVENS			
RISCO online	Baixo (< 65%)	Médio (65%85%)	Elevado (> 85%)
BAIXO	Chipre Itália	Alemanha França	
INTERMÉDIO	Grécia	Áustria Bélgica Espanha Irlanda Portugal	Dinamarca Suécia
ELEVADO		Bulgária República Checa	Eslovénia Estónia Holanda Islândia Noruega Polónia Reino Unido

Fonte: Hasebrink *et al.* (2009).

Como sugere o quadro anterior, parece existir uma correlação positiva entre a intensidade dos riscos e a intensidade da utilização da internet. Com efeito, a combinação entre “utilização elevada” e “risco baixo” não se verificou, tal como se encontra ausente a combinação entre “utilização baixa” e “risco elevado”. Podemos, deste modo, constatar que os países onde os riscos parecem ser mais elevados são, de uma maneira geral, aqueles que estão associados à Europa do norte e aos países recém-chegados à EU, ao passo que os países do sul da Europa se encontram associados a riscos aparentemente mais baixos. Portugal encontra-se numa posição intermédia, a par de outros países cuja correspondência geográfica se estende do norte ao sul da Europa.

Considerações finais

Impõem-se algumas notas finais antes de concluirmos este breve circuito. Apesar das limitações referidas, a recolha efectuada ao longo dos três anos em que decorreu o projecto EU Kids online, nos 21 países europeus envolvidos, permitiu detectar alguns padrões associados aos riscos e às oportunidades online e contribuir tanto para a sua clarificação teórica como para um conhecimento da realidade empírica que esta temática configura.

Desde logo, a relativa generalização do acesso à internet, com a consequente diminuição da diferença entre países, ainda que tal não signifique que as disparidades se tenham desvanecido. Na verdade, esta questão deve ser examinada com cuidado, sobretudo considerando as diferenças existentes tanto entre países como dentro de cada país. Por outro lado, a tendência para que a utilização da internet se faça cada vez mais cedo. Tal tendência é acompanhada pelo aumento da utilização por parte dos adultos, diminuindo desta forma o “fosso geracional”. As oportunidades e os riscos associados aos vários tipos de usos permitiram identificar igualmente divergências etárias e de género. A diferenciação sócioeconómica, apesar de apresentar uma grande heterogeneidade na sua medição, permitiu concluir que existem discrepâncias no acesso e nos usos de acordo com os recursos (económicos e culturais) familiares. Finalmente, foi possível estratificar os países de acordo com a percepção dos riscos e das oportunidades, cruzando a intensidade do uso com a frequência do risco. Este cruzamento evidencia a impossibilidade de pensar o uso dos meios digitais sem considerar a possibilidade de risco, sendo este, aparentemente, directamente proporcional ao primeiro.

Como sugerimos, há ainda um longo caminho a percorrer na investigação sobre crianças e jovens e os seus usos da internet. Tal caminho pode ser trilhado de modo a colmatar as principais lacunas identificadas. Primeiro, é preciso pesquisa comparada que se debruce sobre crianças mais novas. Segundo, é indispensável considerar novos conteúdos (em especial, a chamada “Web 2.0”) e serviços (via telemóvel, jogos ou outras plataformas). Terceiro, é necessário contemplar riscos novos e desafiadores (tais como automutilação, suicídio, conteúdos proanorexia, uso de drogas, racismo, marketing camuflado, utilização de dados pessoais, localização por GPS, etc.). Quarto, parece-nos igualmente fundamental dedicar particular atenção aos países onde a adopção da internet cresceu acentuadamente e de forma rápida nos últimos anos ou países (como o caso de Portugal) onde o uso das crianças ultrapassa o dos

pais (deixando antever um desconhecimento destes últimos em relação às actividades dos primeiros). Finalmente, em quinto lugar, e do ponto de vista não estritamente académico, é igualmente crucial avaliar a eficácia das soluções técnicas, da mediação parental, da literacia digital e de outras medidas de sensibilização e de segurança, acerca das quais se fala mas pouco ainda se conhece.

Várias das questões aqui expostas são demasiado complexas para poderem obter uma resposta a curto prazo (ou sequer obtê-la de todo). Continuaremos, por isso, a investigar este campo e a produzir dados que nos ajudem simultaneamente a compreender a realidade em apreço e a agir de um modo informado num terreno que se apresenta em constante transformação¹⁷.

REFERÊNCIAS:

- Almeida, A. N., Delicado, A. e Alves, N. A. (2008), *Crianças e internet: usos e representações, a família e a escola*, Lisboa: ICS/FCG.
- Buckingham, D. (2000), *After the Death of Childhood: Growing Up in the Age of Electronic Media*, Cambridge: Polity Press.
- Buckingham, D. (2007), *Beyond Technology: Children's learning in the age of digital culture*, Cambridge: Polity.
- Cardoso, G., Espanha, R. e Lapa, T. (2007), *EGeneration: Os usos de Media pelas Crianças e Jovens em Portugal*, Lisboa: CIESISCTE/Fundação Portugal Telecom.
- Cardoso, G., Espanha, R. e Lapa, T. e Araújo, V. (2009), *EGeneration 2008: Os Usos de Media pelas Crianças e Jovens em Portugal*, Lisboa: CIESISCTE/Obercom/Fundação Portugal Telecom.
- Eurobarometer (2006), *Safer internet, Special Eurobarometer 250/ Wave 64.4*, Brussels <http://ec.europa.eu/information_society/activities/sip/docs/eurobarometer/eurobarometer_2005_25_ms.pdf>
- Eurobarometer (2008), *Towards a Safer Use of the internet for Children in the EU: A Parents' Perspective*. Luxembourg, European Commission.
- Haan, J. de and Livingstone, S. (2009) *Policy and research recommendations*, Londres, EU Kids online/LSE (Deliverable D5) Disponível em: www.eukidsonline.net.
- Hasebrink, U., Livingstone, S., Haddon, L. and Ólafsson, K. (eds.) (2009), *Comparing children's online opportunities and risks across Europe: Crossnational comparisons for EU Kids online*, Londres, EU Kids online/LSE (Deliverable D3.2, 2ª edição). Disponível em: www.eukidsonline.net.
- Kohn, M. L. (1989), "Introduction", in M. L. Kohn (Ed.), *CrossNational Research in Sociology*, Newbury Park: Sage.
- Livingstone, S. (2002) *Young People and New Media: Children and the Changing Media Environment*. London: Sage.

17. Encontra-se actualmente em curso o projecto EU Kids online II (20092011), que não só permitirá dar resposta a vários dos anteriores tópicos de investigação, como fornecerá uma base de dados comparável a nível europeu sobre pais e crianças entre os 9 e os 16 anos. Cf. www.eukidsonline.net.

- Livingstone, S. (2003), "On the challenges of crossnational comparative media research", *European Journal of Communication*, 18(4), 477-500.
- Livingstone, S. e Helsper, E. (2007), "Gradations in Digital Inclusion: Children, Young People and the Digital Divide", *New Media & Society* 9, pp. 671-696.
- Livingstone, S., d'Haenens, L. e Hasebrink, U. (2001), "Childhood in Europe: Contexts for Comparison", in Livingstone e Bovill (eds.), *Children and Their Changing Media Environment: A European Comparative Study*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, pp. 330.
- Livingstone, S. e Lemish, D. (2001), "Doing Comparative Research with Children and Young People", in Livingstone e Bovill (eds.), *Children and Their Changing Media Environment: A European Comparative Study*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 3150.
- Lobe, B., Livingstone, S. e Haddon, L. (eds.) (2007), *Researching Children's Experiences online across Countries: Issues and Problems in Methodology*, Londres, EU Kids online/LSE (Deliverable D4.1). Disponível em: www.eukidsonline.net.
- Lobe, B., Livingstone, S., Ólafsson, K., and Simões, J. A. (eds.) (2008), *Best Practice Research Guide: How to research children and online technologies in comparative perspective*. Londres, EU Kids online/LSE (Deliverable D4.2). Disponível em: www.eukidsonline.net.
- Lobe, B., Simões, J. A., Zaman, B. (2009), "Research with Children", in Sonia Livingstone e Leslie Haddon (eds.), *Kids online: Opportunities and Risks for Children*, Bristol, The Policy Press, pp 3140.
- Pais, J. M. (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Prensky, Marc (2001). "Digital Natives, Digital Immigrants". *On the Horizon*, 9 (5). Disponível em: <http://www.marcprensky.com/writing/default.asp> [consultado em 13 Maio de 2009].
- Robins, Kevin e Webster, Frank (1999), *Times of the Thecnoculture. From the Information society to the Virtual Life*, LondonNew York: Routledge.
- Simões, J. A. (2008), "De várias malhas se entretece a rede global. Diferenciação cultural, sociedade em rede e internet", in R. Carmo, D. Melo e R. Blanes (orgs.), *A Globalização no Divã*, Lisboa, TintadaChina, pp. 127-145.
- Staksrud, E., Livingstone, S. and Haddon, L. (eds.) (2007), *What Do We Know About Children's Use of online Technologies? A Report on Data Availability and Research Gaps in Europe*, Londres, EU Kids online/LSE (2nd edition 2009).
- Stald, G. and Haddon, L. (eds.) (2008), *CrossCultural Contexts of Research: Factors Influencing the Study of Children and the internet in Europe*, Londres, EU Kids online/LSE (Deliverable D2). Disponível em: www.eukidsonline.net.